

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

ADEMIR BARROSO MIRANDA JÚNIOR

**CARREIRA POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS DEPUTADOS  
FEDERAIS ELEITOS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL**

Brasília  
2015

**CARREIRA POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS DEPUTADOS  
FEDERAIS ELEITOS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL**

Monografia apresentada junto ao Curso de  
Ciência Política da Universidade de Brasília,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel.

Orientadora: Professora Danusa Marques

Parecerista: Professor Carlos Machado

Brasília  
2015

## **AGRADECIMENTOS**

Venho agradecer muitíssimo a toda minha família, este êxito compartilho com todos.

Agradecer em especial minha mãe, Rosilene, e aos meus avós, Rosilda e Otoniel, os quais sempre apoiaram todos os meus sonhos e objetivos, e sem os quais não conseguiria chegar até aqui.

Agradecer muito a todos os professores que fizeram parte dessa jornada, em especial a minha professora e orientadora Danusa, pela paciência, tempo, disposição e compreensão, requisitos importantes para a transmissão do conhecimento, bem como ao professor Carlos Machado pelo tempo e dedicação.

Agradecer aos meus amigos e colegas de Universidade e da vida, por compartilhar ideias e momentos que enriqueceram minha vida pessoal e acadêmica, em especial ao George, João, Myrna e Vitor.

Muito grato!

## RESUMO

O presente trabalho faz um estudo sobre o perfil dos deputados federais eleitos na Região Norte do Brasil analisando os tipos de capitais que os mesmos acumulam ao longo de suas trajetórias políticas, estudo este que tem por base a visão teórico-sociológica do pós-estruturalista francês Pierre Bourdieu que traz em seu bojo conceitos como *campo* e *capital simbólico*.

A fim de contextualizarmos esta discussão, iniciamos o trabalho abordando o tema da Divisão Social do Trabalho, discutindo o surgimento dos conceitos de democracia e governo representativo, e as abordagens teóricas elitistas bem como às críticas a sua concepção de democracia.

No segundo capítulo trazemos para o foco a visão bourdiana sobre campo político em uma breve revisão dos estudos de carreira política.

No terceiro e último capítulo adentramos ao tema propriamente dito desta monografia, que é a análise do perfil dos candidatos eleitos na Região Norte.

**Palavras-chave:** carreira política; capital simbólico; campo; democracia; governo representativo.

## ABSTRACT

This work is a study of the profile of the federal deputies elected by the Northern Region of Brazil through the analyzes of the types of capital they accumulate during their political trajectories, based on the theoretical and sociological view of the French post-structuralist Pierre Bourdieu that brings concepts as *field* and *symbolic capital*.

In order to contextualize this discussion, we began talking about the theme of Social Labor Division, discussing the emergence of the concepts of democracy and representative government, and the elitist theoretical approaches as well as the critics of his conception of democracy.

In the second chapter we bring into focus the Bourdieu's view of political field in a brief review of the political career studies.

In the third and final chapter we enter the theme itself of this monograph, which is the profile analysis of the candidates elected in the North of Brazil.

**Key words:** political career; symbolic capital; field; democracy; representative government.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	5
1.1 Democracia e Governo Representativo .....	8
1.2 Teoria das Elites .....	11
1.3 Críticas à Democracia Representativa.....	14
2. ESTUDOS DE CARREIRAS .....	19
2.1 Campo político: tensão entre representação e distribuição igualitária de poder .	19
2.2 Estudos de carreira política .....	22
3. ESTUDO DO PERFIL DOS CANDIDATOS ELEITOS.....	27
3.1 Metodologia.....	28
3.2 Hipóteses .....	29
3.3 Análise de dados.....	31
4. CONCLUSÃO .....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	40
ANEXO ÚNICO – Sindicatos e movimentos sociais .....	44

## 1. INTRODUÇÃO

Aristóteles chamou o ser humano de “animal político” (ARISTÓTELES, 2006), querendo dizer que está na natureza intrínseca da nossa espécie a relação social com outros indivíduos. De fato, desde tempos imemoriáveis que a humanidade tem-se organizado política e economicamente em sociedades, existe algum tipo de divisão social do trabalho (DURKHEIM, 1999).

Esse termo foi amplamente descrito no final do século XIX por Émile Durkheim, na obra “Da Divisão Social do Trabalho” para se referir à realocação do fator produtivo “trabalho” em uma economia capitalista. Contudo, segundo o próprio autor, pode-se observar certa divisão social do trabalho mesmo em sociedades pré-capitalistas. Para ele:

Conquanto a divisão do trabalho não date de ontem, foi só no fim do século passado que as sociedades começaram a tomar consciência dessa lei, que, até então, elas suportavam sem saber (DURKHEIM, 1999: p. I).

Trata-se das diferentes especializações, funções e valorizações que se atribui às diversas atividades produtivas da sociedade, que podem envolver aspectos de gênero, religião, raça, etc.. Assim, mesmo sociedades de tradições antigas, como tribos indígenas, apresentam funções atribuídas de maneira diferente, por exemplo, para homens e mulheres, jovens e idosos e para o líder espiritual da tribo, por exemplo. Nesses casos, as funções sociais são geralmente rígidas e não há mobilidade social, ou seja, os indivíduos tendem a permanecer estáveis em seus papéis sociais determinados (DURKHEIM, 1999).

A Divisão Social do Trabalho é, no entanto, acentuada com o advento do modo de produção capitalista (DURKHEIM, 1999). Com a chegada da modernidade, da industrialização, da secularização e da emergência do ideal de liberdade, o trabalho passa a ser reorganizado para otimizar o lucro dos detentores dos meios de produção, baseado na retórica de mobilidade, segundo a qual qualquer indivíduo tem a possibilidade de mudar sua posição social através de esforço e mérito próprio (DURKHEIM, 1999).

Em busca do lucro e da produtividade, algumas funções passam a ser mais valiosas que outras, a depender do grau de especialização e da importância relativa dessa função. Uma sociedade contemporânea é composta por inúmeros indivíduos os quais desempenham, cada um, papel diferente no esquema produtivo do conjunto. Assim como existem médicos, professores e advogados, existe o ideal de que todos são livres para perseguir e exercer qualquer profissão. Na prática, é claro que existem obstáculos muitas vezes intransponíveis, como as desigualdades estruturais e sistêmicas que deturpam as

condições de meritocracia e oportunidades. Isso mostra que a realidade, para muitos, ainda é a mesma daquela de uma sociedade aristocrática, onde o indivíduo é condenado, desde o nascimento, a desempenhar determinado papel na sociedade, sem chances reais de ascensão (DURKHEIM, 1999).

Embora possa produzir eficiência na geração de riqueza, pois realoca a produção de acordo com a demanda de uma determinada sociedade, a Divisão Social do Trabalho também pode perpetuar e cristalizar desigualdades estruturais e sistêmicas (incluindo as discriminações de raça, gênero, etc.). Sob esse ponto de vista não haveria tanta inclusão social quanto se almeja.

Junto com a evolução do capitalismo no mundo industrializado, a democracia representativa e a economia de mercado despontaram no horizonte de possibilidades das nações, como modelo hegemônico de funcionamento e organização do Estado e da sociedade (FUKUYAMA, 1992). O conceito de democracia representativa, porém, muito se afasta do ideal de soberania popular e “governo do povo”, e aproxima-se mais da ideia de um mercado político, tal qual o mercado capitalista de bens e serviços, onde a representação é o pano de fundo pela qual os governantes exercem seu poder sobre os governados. Assim, se observa que há, em grande parte das democracias contemporâneas, uma “divisão social do trabalho político” (doravante DSTP), que restringe as posições de poder a indivíduos favorecidos pelo sistema eleitoral-partidário, que assim erigem suas carreiras políticas (MIGUEL, 2002).

Observa-se, portanto, que a atividade de um político também faz parte do contexto da divisão social do trabalho. Dentre todo o trabalho a ser dividido entre os indivíduos de uma sociedade, está também a importante tarefa de representar o povo, reservada, geralmente, aos candidatos eleitos em pleitos públicos. Existe, portanto, a divisão social do trabalho político. Assim, o mercado de trabalho político pode ser enxergado como outro mercado de trabalho qualquer, e, portanto, tem suas especificidades e particularidades próprias (MIGUEL, 2002).

Quais tipos de recursos (econômicos, simbólicos, políticos, culturais e sociais) são mais importantes para se chegar a determinados postos de elite? Quais os valores, caminhos, filtros, e formas de recrutamento são necessários para se chegar as posições de poder? Essas são algumas perguntas que se inserem no quadro de estudos de elites e carreiras políticas, tema importante para entendermos melhor como se dá a eterna circulação de elites políticas em uma sociedade, a distribuição de poder junto à seus cidadãos e quais as tendências históricas e estruturais das desigualdades e exclusões da participação no poder.



Um dos primeiros autores a se debruçar seriamente sobre a DSTP certamente foi Max Weber, que, em 1919, apresentou o ensaio “Política como Vocação”. Nessa obra, o autor se debruça sobre o conceito e as formas de dominação estatal. Analisando os diversos tipos de configurações sociais existentes no mundo, Weber apresenta a famosa tipologia das formas de dominação: tradicional, carismática, e burocrática (racional-legal). A dominação racional-legal, característica das sociedades contemporâneas, é pautada pela legitimação racional do estamento burocrático e da ação política. A obediência dos governados, que justifica a ação da elite política, se deve à autoridade decorrente da aceitação e cumprimento das regras de conduta pública aceitas pela sociedade (MAX WEBER, 1982).

Pierre Bourdieu (2007) se insere na linha de pensamento de Weber ao desenvolver sua visão sociológica da organização da sociedade, através de conceitos como campo e capital simbólico, apontando para a profissionalização do campo político, onde os profissionais da política monopolizam os instrumentos de produção política, e, por conseguinte, o universo da representação, o que acaba por causar a exclusão de determinados estratos sociais da atuação política no campo (BOURDIEU, 2007).

Assim, a profissionalização do mercado político acaba apenas reproduzindo as desigualdades encontradas na sociedade, tornando a democracia representativa cada vez menos democrática e representativa (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Agentes especializados em comportamento eleitoral, campanhas políticas e jogos de interesses fazem das eleições uma arena onde o voto dos eleitores é uma legitimação ao domínio exercido pela elite, que os candidatos buscam através da sua imagem e de promessas eleitorais. Por esse motivo, é importante estudar os aspectos que influenciam a consolidação das carreiras políticas, ou seja, as tendências e os padrões mais predominantes pelos quais a elite política recruta novos agentes, a fim de reproduzir seus interesses e manter seu poder com ares de legitimidade. O desapossamento cultural e material da maior parte da população, segundo a abordagem teórica bourdiana, ajuda a manter e reproduzir o monopólio dos políticos profissionais, e será mais acentuada quanto menor for o seu nível de acesso à informação e politização. Assim, a representação, associada ao “crédito” e a “crença” é a sensação que os eleitores usam para se abster de participar e que a classe política usa para legitimar e confirmar sua dominação (BOURDIEU, 2007).

Como consequência, percebe-se que a democracia representativa não efetiva a representação dos interesses coletivos, mas sim os interesses da própria “classe política”. O afastamento entre a vontade dos representados e a atitude dos representantes gera uma crise

no *modus operandi* da democracia liberal, cujo pilar é a representação. O princípio da soberania popular, outrora temido pelas elites, é tido hoje como um dado, pelo menos formal, nas constituições da maioria dos países, em especial do mundo “ocidentalizado”. Contudo, mesmo nas sociedades consideradas mais democráticas, o povo permanece alijado do poder, que é exercido por uma minoria organizada, uma elite, que visa manter seus próprios interesses.

Tal alijamento político do povo mostra o fraco vínculo existente entre sociedade e Estado, que por sua vez deteriora instituições que deveriam ser democráticas, mas que muitas vezes podem adquirir caráter elitista. Como uma evidência desse distanciamento e da profissionalização do campo político, percebe-se um verdadeiro mercado de trabalho de carreiras políticas, onde os agentes buscam vantagens eleitorais apenas para concretizarem seu poder. Nesse mercado, sobressaem fatores como as preferências eleitorais, o sistema político-partidário e as características próprias dos candidatos.

O Brasil é um típico exemplo de democracia ocidental: apesar de não estar expressamente escrita na Constituição da República Federativa do Brasil, a soberania popular pode ser depreendida no parágrafo único do artigo 1º, que versa: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Todavia, devido ao seu complexo sistema político-partidário, o país possui mecanismos eleitorais que muitas vezes geram distância entre o candidato e seu eleitorado. Alguns fatores contribuem para essa distância, como a predominância de uma política oligárquica, tradicional e clientelista, ligada a clãs políticos, empresariais e latifundiários.

Nesse diapasão, esta monografia busca fazer um estudo sobre carreiras políticas, analisando o perfil dos candidatos eleitos para deputado federal nas últimas eleições na região norte do Brasil, com enfoque na abordagem de “capitais”, proposta por Pierre Bourdieu (2007). Para tanto, será necessária uma breve contextualização histórica da evolução do conceito de representação e da democracia representativa, bem como da teoria das elites, na qual se circunscreve o estudo de carreiras políticas.

## **1.1 Democracia e Governo Representativo**

A palavra “democracia” teve origem na Grécia Antiga, e une os radicais *demos* (povo) e *kratos* (governo). Todavia, no contexto das Cidades-Estados gregas, a concepção de “povo” era deveras excludente, restringindo-se aos homens atenienses. Há de ser lembrado,

ademaís, que as experiências democráticas na Grécia eram diretas, isto é, esses homens constituíam a Assembleia, não se faziam representar nela. Assim, não havia *eleições* tais como temos hoje (com exceção das eleições para os cargos de magistratura), nem mesmo *partidos* ou *meritocracia*. Antes, decisões e líderes eram escolhidos principalmente por *sorteio* e por *revezamento*. Em nenhum momento de sua história a democracia ateniense teve mais cidadãos do que escravos, mulheres, crianças e metecas (estrangeiros) (FOUSTEL DE COULANGES, 2005).

No longo período entre a Antiguidade Clássica e o advento da Modernidade, conhecido como Idade Média, não houve significativa proliferação de ideais democráticos. Nesse momento da história, a ação política – teocêntrica – confundia-se com a religião e a tradição de cada povo, e o direito de governar era geralmente exclusivo da aristocracia militar e religiosa. Com efeito, é na rebarba das Cruzadas que surge o fenômeno mais importante da política moderna e contemporânea: o Estado-Nação, fruto da Reconquista Ibérica no século XV. É também nesse contexto renascentista que é escrita uma das obras canônicas da ciência política até hoje: “O Príncipe”, de Maquiavel (1998). Essa obra é representativa do pensamento da época, uma visão antropocêntrica do Estado, cuja ética é pautada em termos de poder.

É possível identificar nesse momento uma virada, onde a imposição do poder monárquico tornou-se regra geral de organização estatal na Europa. Pouco a pouco, as nações tornaram-se centralizadas, constituíram seus exércitos, consolidaram seus territórios e unificaram seu poder fiscal, sob o signo de suas famílias reais.

As primeiras reformas liberais remontam ao século XVII, com a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, onde, pela primeira vez, o poder do rei foi limitado em prol dos interesses econômicos dos governados, que se tornavam mais ricos (HOBSBAWN, 1982). As transformações sociais que emergiam com a incipiente industrialização, tais como crescimento das cidades e surgimento da burguesia, levaram ao questionamento das instituições aristocráticas e culminaram, no século XVIII, no movimento chamado Iluminismo, que, por sua vez, ocasionou a Revolução Francesa (HOBSBAWN, 1982).

Os diversos pensadores chamados “liberais” (aos quais soma-se o pensamento romântico de Rousseau) iam, assim, derrubando as instituições aristocráticas e inaugurando uma nova mentalidade política. Esses princípios iluministas que nortearam a Revolução Francesa incluíam sumariamente as ideias de liberdade e de igualdade, de onde decorrem as “primeiras gerações de direitos humanos”, civis e políticos. Foram esses ideais que inspiraram

diversos movimentos revolucionários pelo mundo, dando origem à onda de “revoluções burguesas” que implantou o liberalismo na Europa no século XIX (HOBSBAWN, 1982).

Um dos pensadores iluministas de maior repercussão para o fim do Antigo Regime foi Montesquieu, que, em sua obra “O Espírito das Leis” (2000), categorizou a teoria da divisão dos Poderes, desconcentrando, assim, a competência dos reis. Os três poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo), devem funcionar, segundo Montesquieu, de maneira harmônica e interdependente, de modo que não haja abuso por parte de nenhum (MONTESQUIEU, 2000). Dessa forma, existe equilíbrio na sociedade, não apenas de maneira institucional, mas também entre as potências sociais (grupos sociais com poder político). Trata-se de um dos embriões do processo de “freios e contrapesos”, que busca mediar conflitos realocando os interesses litigiosos da sociedade. Em sua defesa do constitucionalismo, o barão de Montesquieu deu um passo em direção ao ideal democrático, mesmo que, na prática, advogasse pela monarquia inglesa.

Ao passo que a Revolução Francesa erigia o liberalismo na Europa no final do século XVIII, nos EUA foi lançado, em 1791, o “Federalista”, folhetim que reunia textos Hamilton, Madison e John Jay. Na rebarba da Revolução Americana e da Guerra de Independência, esses artigos foram lançados para promover a ratificação da recém-promulgada Constituição dos Estados Unidos. Preocupados em erigir uma federação, em contraposição à confederação que surgia no país, os autores tratam de temas como o sistema de “freios e contrapesos”, o associativismo, a autonomia local, entre outros. Um dos aspectos mais importantes do pensamento federalista é a noção de “República”, enaltecida como melhor forma de governo, que não se trata necessariamente de uma democracia, como nos moldes revolucionários. Em sua defesa das eleições e das instituições representativas, o federalismo deu um grande passo na construção do ideário contemporâneo relacionado ao governo representativo (HAMILTON, JAY, MADISON, 2003).

Assim, ao passo que a população ia ganhando direitos, notadamente o direito de votar, o governo continuava sendo levado a cabo por uma parcela de pessoas notáveis, que teriam sido “filtradas” pelo sistema eleitoral. Logo, a noção de soberania popular teoricamente seria garantida pela eleição periódica de representantes, o que de fato não ocorre, pois a mesma serve muito mais a um ideal elitista que democrático.

Com a expansão do liberalismo, a política mundial assistiu a ascensão da “Era dos Impérios”, nos termos de Eric Hobsbawn (1988), onde uma nova ordem global foi instaurada. Pensadores liberais do século XIX ressaltavam os mecanismos de garantia dos direitos

individuais. Alexis de Tocqueville, por exemplo, em sua obra “A Democracia na América” (2000) retoma a expressão “tirania da maioria”, que, em sua visão, só poderia ser repreendida com a associação voluntária entre os indivíduos. Essa associação, presente na cultura americana, fortalece, segundo ele, as instituições representativas (TOCQUEVILLE, 2000). Para Tocqueville, a democracia é medíocre, mas inevitável, e para evitar tanto a tirania da maioria, como já dito, quanto a concentração de poder no Estado, são necessárias associações voluntárias e unidades locais de governo. (TOCQUEVILLE, 2000)

Outro autor que aborda o tema do governo representativo é Stuart Mill. Em sua obra “Considerações sobre o governo representativo”, Mill considera que, haja vista a vasta extensão territorial de diversos Estados, a democracia representativa, ou, o governo representativo, seria a melhor forma de se fazer vigorar uma gestão participativa da sociedade, visto o caráter de paridade, existente no momento da eleição, entre as distintas classes que podem se fazer ouvir através da igualdade de cargos de seus representantes (MILL, 1980).

Assim, as abordagens sobre as ideias de representação e democracia representativa veem se construindo ao longo da história, desde o ideal democracia clássica, até a abordagem democrática e do governo representativo defendidas por Tocqueville e Stuart Mill. Após esse período, final do século XIX e início do XX, novos autores iram propor novas formas de se analisar e estudar a organização política em sociedade, tais análises iram classificar o ideal de democracia clássica como utópico, ilusório e até mesmo indesejável. Essa corrente de pensamento é conhecida como Teoria das Elites, que nos aprofundaremos mais a seguir.

## **1.2 Teoria das Elites**

O desenvolvimento da Teoria das Elites teve como um de seus fundamentos a obra de Gaetano Mosca. Em seu livro “*Elementi di scienza politica*” publicado em 1896, e traduzido para o inglês em 1939, com o título de “*The Ruling Class*”, Mosca utiliza o método histórico-comparativo e estudos de tendência de padrões sociais históricos de dominação, para afirmar que em todas as sociedades - desde as medianamente desenvolvidas até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados (PERISSINOTO, 2009).

Com isso o autor introduz uma lei histórica inescapável e generalista, de que toda sociedade tende a se dividir entre uma minoria organizada (classe política, ou, classe

dirigente), e uma maioria desorganizada (massas, ou, governados). A minoria se organizaria para defender seus interesses em comum a fim de manter o monopólio sobre os recursos socialmente valorizados, e possibilitar o domínio político sobre o resto da sociedade (PERISSINOTO, 2009). Nota-se que para Mosca a elite domina não exatamente por suas qualidades intrínsecas, mas por uma questão de coesão social, interesses em comum e de tomada de decisão, diferentemente da visão do próximo fundador da teoria das elites.

Vilfredo Pareto, em sua obra “*Traité de Sociologie Générale*” (1916), traduzida para o inglês com título de “*Mind and Society*” (1935), divide a sociedade em dois estratos, um superior (elite) e um inferior (não-elite), derivados de seus “resíduos”, que seriam características inatas, naturais e insuperáveis, que se encontram distribuídas de forma desigual na sociedade (PERISSINOTO, 2009). Pareto, dessa forma, naturaliza as desigualdades existentes na sociedade, afirmando que alguns são naturalmente mais aptos que outros para certas atividades, rechaçando assim qualquer tipo de governo das massas, e por consequência um governo democrático.

Juntamente com Mosca (1954) e Pareto (1954), Robert Michels (1954) completa a tríade fundadora da teoria das elites. A partir de seus estudos sobre a “Sociologia dos Partidos Políticos” (1992), Michels, analisa o Partido social-democrata Alemão (SPD), considerado radicalmente democrático, e aponta para a hierarquia e centralização existentes no mesmo, o que o leva à conclusão de que toda organização gera oligarquização, não importando a quão democrática ela seja. A simples organização gera uma dissociação dos interesses dos líderes (profissionais da política) e dos interesses da base (população). Como são aqueles que lideram o partido, o partido se distancia da base. Portanto, oligarquiza-se. A isso Michels chamou de a “Lei de Ferro das Oligarquias”.

Dessa forma, e a partir desses três autores, o pensamento elitista afirma a impossibilidade real das democracias (MIGUEL, 2002), e tal argumento terá profunda influência sobre a teoria política contemporânea quando se alia à democracia liberal representativa (SCHUMPETER, 1961) na defesa da representação como legitimação do poder das elites, onde a busca por uma democracia enquanto “governo do povo” é vista como uma fantasia intangível (MIGUEL, 2002). Sobre isso, Perissinotto (2009, p. 6) afirma que “a participação direta das massas nas decisões políticas não era vista apenas como tecnicamente inviável, dado o tamanho dos Estados nacionais contemporâneos, mas acima de tudo como indesejável (e prejudicial), dado o alto grau de irracionalidade que traria para a política”.

No século XX, diversos pensadores estudaram a democracia, mas sem o olhar jusnaturalista dos pensadores modernos, como os contratualistas. Assim destaca-se Joseph Schumpeter (1961), um economista que associou a democracia a um mercado de votos e preferências. Indo totalmente de encontro ao conceito clássico de democracia e seu ideal de igualdade, esse autor afirma que o governo representativo é antes de tudo uma competição entre as elites pelos votos da maioria da população.

Essa visão se coaduna com o pensamento elitista, pois nega a noção de “soberania popular” presente na origem etimológica da palavra democracia, de “governo do povo”, embora não negue a efetividade desse “mito” para legitimar a competição entre elites. Schumpeter rechaça a participação das massas no processo político, pois, segundo ele, isso levaria a governos autoritários e totalitários, em razão das massas demonstrarem um comportamento irracional, desorganizado e infantil, o que as tornam incapazes de governar, e com tendência a necessidade de submissão a um líder (SCHUMPETER, 1961). Assim, a teoria democrática elitista define democracia, nas palavras de Schumpeter, como um procedimento, um sistema político em que a participação das massas se reduziria ao voto em eleições competitivas, por meio do qual elas se limitariam a escolher as lideranças políticas que irão governá-las, como podemos notar no trecho abaixo:

(...) de acordo com o ponto-de-vista que adotamos a democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governa em qualquer dos sentidos tradicionais das palavras *povo* e *governo*. A democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão. Mas, uma vez que deve decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, devemos limitar nossa definição, acrescentando-lhe um outro critério para identificação do método democrático, isto é, a concorrência livre entre possíveis líderes pelo voto do eleitorado. Um dos aspectos dessa definição pode ser expressado se dizemos que a democracia é o governo dos políticos. (SCHUMPETER, 1961, p. 346).

Portanto para Schumpeter, bem como Pareto, Mosca e Michels a história se circunscreveria a uma eterna *circulação de elites*, um processo histórico eterno de ascensão e queda das minorias politicamente ativas.

Apesar da aparente “vitória” da democracia liberal desde o final do século XX, foram erigidas muitas críticas à forma como ela se processa na prática. A representatividade, que tanto fora buscada no século XIX, se mostrou por si só ineficaz para garantir a verdadeira participação do povo no poder. Podem ser citados vários exemplos, como altos níveis de abstenção em urnas, a percepção de diminuição da importância dos partidos políticos na vida dos cidadãos, o aumento da apatia para com temas políticos em geral, a sub-representação de

minorias sociais marginalizadas do processo político, a expropriação do direito de formular e emitir opiniões dos cidadãos, entre outros. Essas críticas serão analisadas a seguir.

### 1.3 Críticas à Democracia Representativa

A concepção de democracia elitista é bastante polêmica, pois apesar de se apresentar como neutra e descritiva, sua empreitada intelectual possui um significativo caráter conservador e justificador do *status quo*, com conclusões antidemocráticas, e inspiradoras de puro conformismo, como esclarece Miguel:

O significativo é que essa teoria da democracia, hoje predominante, adotou os pressupostos de uma corrente de pensamento destinada precisamente a combater a democracia: o elitismo. O principal ideal da democracia, a autonomia popular, entendida no sentido preciso da palavra, a produção das próprias regras, foi descartado como quimérico. No lugar da idéia de poder do povo, colocou-se o dogma elitista de que o governo é uma atividade de minorias. A descrença na igualdade entre os seres humanos – igualdade que, tradicionalmente, era vista como um quase sinônimo da democracia – levou, como corolário natural, ao fim do preceito do rodízio entre governantes e governados. (MIGUEL, 2002, p. 505)

No entanto, outros autores do elitismo, como o americano Charles Wright Mills, ao contrário dos elitistas europeus, não utiliza a caracterização negativa das massas em prol de uma posição antidemocrática, mas sim para elaborar um diagnóstico crítico da sociedade americana:

O homem de massa é o homem constituído por esse processo de expropriação do direito de formular opiniões autonomamente e pelo fim das associações voluntárias. Assim como nos autores clássicos, a massa caracteriza-se por um fato psicológico: a incapacidade de pensar criticamente, de agir racionalmente e pela sugestionabilidade, isto é, a possibilidade de ser manipulada, enganada e estimulada para ações impulsivas e não-rationais (1981, p. 363). Contudo, todos esses elementos não são traços psicológicos inatos, mas sim socialmente constituídos por um processo histórico de expropriação e centralização do direito de formular e emitir opiniões, processo este que, segundo Wright Mills, é paralelo ao processo de concentração econômica. Aliás, como lembra o autor, o próprio processo de formular opiniões se transformou numa empresa (1981, p. 357-363). (PERISSINOTO, 2009, p.60).

Logo, Wright Mills, apesar de assumir os mesmos efeitos sociais descritos pelos elitistas clássicos, de que as massas são apáticas, submissas e não possuem opinião própria, chega a conclusões bastante diferentes sobre os motivos que os causam. Para ele, a concentração dos meios de poder e dos meios de comunicação nas mãos de uma elite transformava a sociedade norte-americana em uma “sociedade de massas”, onde havia poucos que falavam e muitos que ouviam, diferentemente de uma “sociedade de públicos”, que é formada “por um conjunto de indivíduos que têm a capacidade de participar de uma discussão



de maneira independente e voluntária, emitindo, portanto, uma opinião também independente e voluntária” (PERISSINOTO, 2009). Segundo Mills, isso afasta o cidadão e a cidadã comuns da vida pública, tornando-os apáticos e desinteressados dos acontecimentos políticos, diminuindo qualquer controle mais democrático e efetivo sobre a “elite do poder”.

Com isso, Wright Mills chega à conclusão de que é necessário aproximar o cidadão e a cidadã da vida pública, e não afastá-los; aumentar as formas de participação popular nas arenas de tomada de decisão e nos processos decisórios, e não diminuir; lutar por uma sociedade que compartilhe e distribua melhor seus meios de poder, e não apenas se conformar com o determinismo econômico, que trata as desigualdades econômicas, sociais e políticas como imutáveis, inatas e justas. Portanto a solução para uma sociedade mais justa e menos autoritária é mais democracia, e não menos, como prevê o elitismo democrático.

Um dos teóricos mais importantes que se dedicou a análise da democracia representativa, ou, de forma mais apropriada, a análise do governo representativo foi Bernard Manin (1995). Para ele, “o governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos têm a obrigação de realizar a vontade dos eleitores: esse sistema nunca foi uma forma indireta de soberania popular” (MANIN, 1995, p. 4). O autor identifica três tipos históricos de governo representativo: o “governo de notáveis (parlamentar)”, a “democracia de partido (com a emergência dos partidos de massas)” e a “democracia do público” (MANIN, 1995: p. 2).

No primeiro tipo, os representantes são eleitos pela imagem que conseguem passar aos eleitores, e se mantêm no poder acumulando porta-vozes (*trustees*) junto à opinião pública. Nas palavras do autor: “no sistema parlamentar de representação, a liberdade de expressão da opinião pública possibilita a existência de uma não-correspondência, ou mesmo de um conflito, entre a opinião pública e as preferências políticas manifestas nas eleições”. A *accountability* é prejudicada e os governantes têm ampla mobilidade, incluindo clivagens e reagrupamentos (MANIN, 1995: p.10).

No segundo tipo, a democracia de partidos, não diminui a distância entre representantes e representados. A principal diferença para o modelo anterior é que os eleitores não depositam mais a sua confiança em candidatos, mas sim em partidos. A análise da estrutura dos partidos é, portanto, crucial para entender esse tipo de sociedade (MANIN, 1995, p. 12). Assim, as plataformas eleitorais são o principal mecanismo de comunicação com os eleitores, e os partidos deixam de segui-las, uma vez eleitos, para formar seus esquemas de coalizões.

O terceiro tipo elencado pelo autor é uma democracia mais personalista. Nela, as pessoas votam nos candidatos, e não nos partidos. A representação também é deteriorada, pois os eleitores respondem aos estímulos dos candidatos mais do que de fato expressem suas preferências, o que Manin chama de “caráter reativo do voto” (MANIN, 1995, p. 16). Nesse contexto, sobressaem-se os políticos que melhor usam as ferramentas de comunicação social para vender sua imagem e, em troca, conquistar os votos dos eleitores. Nas palavras de Manin:

Rigorosamente falando, em todas as formas de governo representativo o voto constitui, em parte, uma reação do eleitorado aos termos que lhe são oferecidos. (...) Isso explica por que o eleitorado se apresenta, antes de tudo, como um público que reage aos termos propostos no palco da política. Por essa razão, denominamos essa forma de governo representativo de ‘democracia do público’. (MANIN, 1995, p. 17)

Essa analogia teatral da democracia é retomada por Manin na sua crítica à visão schumpeteriana de democracia. O autor critica o economicismo, pois a democracia procedimental encara as preferências dos eleitores como algo exógeno, enquanto, para Manin, as preferências são endógenas, produzidas ao longo do processo político-eleitoral. Segundo o autor:

Nas democracias, a política é freqüentemente analisada por meio de uma analogia com o funcionamento do mercado. A metáfora teatral do público e do palco parece, no entanto, mais apropriada do que a da oferta e demanda na descrição do processo eleitoral contemporâneo. A metáfora teatral expressa a diferença entre aqueles que tomam a iniciativa dos termos da escolha e aqueles que fazem as escolhas, e realça a independência parcial dos primeiros. A metáfora do mercado, ao contrário, contém muitas dificuldades que se tornam visíveis ao desdobrá-la em todas as suas implicações. Há razões, sem dúvida, para descrever os políticos como empresários que competem para ganhar votos e maximizar seus benefícios - as recompensas materiais e simbólicas do poder. Mas caracterizar os eleitores como consumidores é bem menos apropriado. Um consumidor que entra num mercado econômico sabe o que quer: suas preferências independem dos produtos que lhe são ofertados. A teoria econômica supõe que as preferências dos consumidores são exógenas. Na política, entretanto, esse suposto não é realista e contraria a experiência. Na maior parte das vezes, quando um cidadão entra no que se poderia chamar de mercado político, suas preferências não estão ainda formadas. Ao contrário, elas se firmam à medida que ele vai tomando conhecimento dos debates públicos. Na política a demanda não é exógena; de modo geral, as preferências não preexistem à ação dos políticos. (MANIN, 1995, p. 24).

Em suma, observamos que a democracia, desde sua origem na Antiguidade Clássica até a sua retomada pelos pensadores modernos, sempre foi considerada uma forma perigosa de governo. Ao se tornar a principal forma de governo, a partir do século XIX, novos

olhares dão contornos diferentes à democracia, daqueles propostos pelos seus fundadores, de forma a superar o “perigo” que trazia. Democracia passa a ser vista a partir de seu aspecto puramente formal, como um método, um procedimento pelo qual o “povo” escolherá seus governantes, com o direito formal de “votar” (que é exercido mediante os partidos políticos e o sistema eleitoral, com os constrangimentos e filtros peculiares do campo político) e de “ser votado” (que é exercido, na prática, por pouquíssimas pessoas). Porém deve-se ter uma visão muito mais abrangente do termo, levando em conta a desigualdade da distribuição de capital político na sociedade, para pleitearmos maior inclusão e participação política do povo no poder, ou seja, uma democratização mais “efetiva”, no sentido de reivindicar acesso igualitário à tomada de decisão e formulação política.

Dessa forma, a democracia efetiva, como governo do povo, nada tem a ver com a democracia liberal, em relação aos seus objetivos retóricos, de igualdade, liberdade, participação política e direito do povo a voz ativa. Há um grande distanciamento entre as sociedades e os governos e, na maioria dos países, o voto é o único momento de participação política dos cidadãos, mesmo que, ainda, esse voto, na maioria das vezes, nunca represente participação efetiva do povo no poder/tomada de decisão, e, por conseguinte, não seja garantia de representação política dos seus interesses.

Nesse contexto, Bourdieu (2007) aponta para a profissionalização do campo político, onde os profissionais da política monopolizam os instrumentos de produção política, e, por conseguinte, o universo da representação, o que acaba por causar sub-representação de estratos sociais que não se profissionalizam, e que por isso não conseguem atuar no campo. Os profissionais, por sua vez, para se inserirem cada vez mais no campo, precisam se habituar, se socializar e internalizar o *habitus* político (que são as regras, os símbolos e os códigos de honra específicas do campo), a fim de agregar capital político e subirem nas hierarquias do campo. Dessa maneira pesam muito mais nos interesses daqueles que definem as regras do campo do que daqueles que estão de fora (o povo), ainda que este seja chamado para legitimar o próprio campo no momento eleitoral. Assim, a profissionalização do mercado político segue gerando desigualdades e deturpando a consolidação de instituições participativas.

Temas como comportamento eleitoral, campanhas políticas e construção de imagens fazem das eleições uma arena onde o voto dos eleitores nada mais é do que um artefato de legitimação, o qual os candidatos buscam através de campanhas e promessas eleitorais. Para eles, o voto não constitui o capital político em si, mas torna legítima a sua

posição enquanto políticos profissionais. Por esse motivo, é importante estudar os aspectos que influenciam a consolidação das carreias políticas, ou seja, as tendências e os padrões mais predominantes pelos quais a elite política busca exercer o poder de maneira legítima. A “divisão do trabalho político” identificada por Bourdieu, que separa os políticos profissionais da população, será mais acentuada, segundo ele, quanto menor for o nível de politização, em termos de acesso à informação, de uma sociedade. A representação, de certa forma ilusória, associada ao “crédito” e a “crença” é a sensação que os eleitores usam para se abster de participar e que a classe política usa para legitimar e confirmar sua dominação (BOURDIEU, 2007).

Em meio ao contexto de crise da representatividade, este trabalho se propõe a analisar quais são os padrões e tendências de capital político entre os eleitos da região norte do Brasil em 2014. Isso significa entender a origem e a trajetória – pessoal e profissional – daqueles candidatos vencedores. Serão buscados os padrões mais relevantes nessa trajetória, e que tipo de capital é mais predominante entre os candidatos que obtiveram sucesso. Foram levantados dados a respeito de cada um dos deputados eleitos pelos Estados dessa região e comparados, a fim de se identificar semelhanças e discrepâncias, entre os diferentes pontos do espectro ideológico, a saber, direita, esquerda e centro.

## **2. ESTUDOS DE CARREIRAS**

Os estudos sobre carreira política, que se utilizam da visão sociológica bourdiana, trazem em seu bojo conceitos como campo, capital, e recrutamento político, os quais suscitam questionamentos sobre, por exemplo, como se dá a distribuição do capital político na sociedade? De que jeito se estrutura a carreira política no Brasil? Quais são suas formas de recrutamento? Quais são os arranjos institucionais e/ou culturais que moldam o modelo de representação política no Brasil? E por fim, tais arranjos geram desigualdades na representação política de diferentes grupos sociais?

A fim de avaliar mais a fundo tais questionamentos, temos que pensar que a arena política possui regras próprias. Neste sentido, a interpretação do sociólogo Pierre Bourdieu sobre o campo político é bastante pertinente a esta exposição, pois “permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político” (BOURDIEU, 2010), ou seja, é pertinente a uma visão crítica da distribuição do capital político na sociedade, e, por conseguinte, a uma visão reveladora do funcionamento da competição eleitoral.

Assim, neste capítulo, abordaremos estudos de carreira política que inspiraram este trabalho, estudos que versam sobre a estruturação da carreira política no Brasil, recrutamento, filtros e a distribuição do capital político na sociedade. Contudo, antes de adentrarmos exatamente aos estudos de carreira, discorreremos um pouco mais sobre conceitos como campo político, capital político e representação.

### **2.1 Campo político: tensão entre representação e distribuição igualitária de poder**

O campo teorizado por Bourdieu é um instrumento para se entender como o mundo funciona: o campo é um microcosmo; um pequeno mundo social, que busca sempre se autonomizar, mesmo estando inserido em um grande mundo social que também o influencia. Em cada campo é possível perceber propriedades, ações, relações, e diversos tipos de processos (BOURDIEU, 2011). A noção de autonomia do campo remete à ideia de que cada campo tem seu próprio *nomos*, e, portanto age conforme suas próprias regras, dentre essas, regras de inclusão e exclusão:

... as condições sociais do funcionamento do campo político como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento. Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiseração. (BOURDIEU, 2011)

O governo representativo é historicamente fundado no princípio da distinção (MANIN, 2010). Neste sentido, a conexão entre o campo político (na acepção de estrutura) e o princípio da distinção, assim como a escolha dos representantes por meio de eleições, são mais bem entendidos a partir da premissa do governo representativo de que há vantagens no que toca a superioridade dos representantes, em nível social, quanto aos representados.

Os fundadores do governo representativo não se preocuparam com o fato de que as eleições pudessem resultar em uma distribuição desigual de posições de poder; sua atenção concentrou-se no igual direito ao consentimento que esse método tornava possível. (MANIN, p.187, 2010)

Tal método cria, assim, além do direito ao consentimento, o monopólio dos profissionais da política sobre o universo da representação. Dessa forma, há, no campo político, a produção e reprodução de agentes politicamente ativos, os quais diversos arranjos institucionais e/ou culturais - como as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, o desapossamento cultural, e a escassez de tempo livre da população – asseguraram historicamente que os eleitos sejam de posição social mais elevada que dos eleitores.

O campo político é, pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. (BOURDIEU, p. 185, 2007)

Como mencionado, o estudo do campo político revela um problema na legitimidade da representação política, pois o campo político age com vistas à manutenção de sua própria ordem (*nomos*): no caso brasileiro especificamente - não obstante as elevadas taxas de renovação do legislativo nacional, que giram em torno de 50% (FLORENTINO, 2008); a origem social, trajetórias, e redes de relacionamento se mantêm as mesmas entre os novos agentes eleitos, o que revela o recrutamento, reprodução, e circulação dentro da própria elite; como consequência, os grupos e minorias com pouco capital político têm muita dificuldade em se inserir no jogo político, e mais ainda de se manter no poder quando eleitos, frente à grande pressão da elite política tradicional em excluir tais grupos; dando vantagem ao

desenvolvimento de carreiras políticas recrutadas, filtradas e inspiradas nessas elites políticas tradicionais.

O próprio recrutamento político pode ser visto como uma espécie de capital simbólico, de reconhecimento dos pares: cada partido tem seus *gatekeepers*, ou, caciques políticos, que escolhem quem deve concorrer. A decisão é racional na hora da escolha: escolha de candidatos que já foram eleitos, e escolha de novos recrutas que apresentam as mesmas características dos eleitos. O campo é uma arena social, onde o capital simbólico é a forma de valor reconhecida pelos pares (aqueles com quem se divide o espaço). A ideia da exclusão do campo político vai ao encontro da concepção de Bernard Manin sobre o problema da representação.

A exposição de Manin centra-se no princípio da distinção no que tange à representação. Como já foi dito, os fundadores do governo representativo preocuparam-se mais com o consenso do que com a distribuição igualitária de poder, e para ilustrar essa distribuição, o autor estuda os primórdios da fundação não-democrática do governo representativo em três países: Inglaterra, França, e EUA. Neles, além das limitações ao direito de voto, também existiram diversas provisões legais, normas culturais, arranjos, circunstâncias e fatores práticos que asseguravam que os eleitos seriam de posição social mais elevada que a dos eleitores (MANIN, 2010). Porém o caso mais revelador se daria na América do Norte, uma vez que, “neste lado do Atlântico, cedo se percebeu que a superioridade dos eleitos sobre seus eleitores poderia ser normalmente alcançada, mesmo na ausência de exigências legais, através da mera operação do método eleitoral”, dessa forma, “perceberam que o próprio princípio eleitoral levaria à seleção do que chamavam de uma aristocracia” (MANIN, 2010).

Logo, no Brasil não poderia ser diferente. Desde os primórdios da nossa constituição política o poder sempre esteve nas mãos de quem possuía influência, propriedade e poder. Essa cultura política leva a uma imensa desigualdade no que tange ao desenvolvimento de uma carreira política dentro da nossa democracia representativa. Isto posto, adentraremos aos estudos de carreira política, a fim de abordarmos a visão de alguns autores a respeito dos questionamentos levantados no início deste capítulo a cerca do capital político, da carreira política, formas de recrutamento e disparidades de representação.

## 2.2 Estudos de carreira política

O tema capital político dá ensejo ao levantamento da perspectiva de Luis Felipe Miguel sobre a estruturação da carreira política no Brasil, após a redemocratização. Para o autor, o campo político estrutura-se como uma carreira hierarquizada, com formato aproximadamente piramidal (MIGUEL, 2003), conforme figura a baixo:

FIGURA 1 – ESTRUTURA DA CARREIRA POLÍTICA NO BRASIL



FONTE: Miguel, 2003.

Para analisar o funcionamento do campo, o autor dispõe da abordagem de Bourdieu sobre o conceito de *capital político*, que em associação com outros tipos capital, como *econômico*, *familiar e midiático*, é aquele que o candidato dispõe para “investir” na própria carreira, buscando adentrar ao campo político, através do conhecimento do *habitus*, que é uma forma internalizada das regras, dos signos e dos códigos de honra daquele campo. Quanto mais internalizado é o *habitus* do campo, mais estrategicamente o indivíduo irá agir para adentrar ao centro do mesmo. Dessa forma, capital político é entendido como uma forma de poder simbólico, “que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 2007).

Dessa maneira poder-se-ia dizer que capital político e carreira política estabelecem entre si uma relação dialética. É necessário capital para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação do mesmo capital (MIGUEL, 2003).

Em seu texto “Capital Político e Carreira Eleitoral” (2003), Miguel também aborda a influência dos meios de comunicação e suas limitações no meio político, chegando à conclusão de que, não obstante o subdimensionamento do capital midiático na trajetória



política dos deputados analisados, dos quais apenas 5,8% apresentaram ligação com os meios de comunicação, a boa exposição da imagem nesses veículos é de vital importância para angariar credibilidade diante dos chefes partidários, financiadores de campanha e outros operadores políticos, bem como facilitar a identificação dos eleitores. Assim, muito mais do que simplesmente permitir o ingresso de amadores no campo político, os meios de comunicação de massa facilitam “pulos” na carreira, e são um recurso crucial nas disputas pelos cargos do topo da carreira (MIGUEL, 2003).

Nesse sentido, Miguel contempla a visão levantada por André Marengo dos Santos (1997), de que os meios de comunicação geram “atalhos” na carreira política no Brasil, permitindo que *outsiders*, ou, membros externos ao campo, ganhem posições que, numa carreira fechada só seriam acessíveis a integrantes experientes no campo político (SANTOS, 1997).

Além desse, Santos discute outros temas importantes para as hipóteses levantadas neste trabalho. Levando em conta dados acerca da experiência partidária e tempo de filiação prévia à conquista de carreira parlamentar, o autor analisa os padrões de recrutamento parlamentar, e a permissividade existente no mesmo, revelada por altas taxas de renovação (SANTOS, 1997).

Mesmo com altas taxas de renovação, os quadros políticos continuam sendo apresentados como singelamente oligárquicos, ligados à política tradicional, clientelismo e controle oligárquico do voto (SANTOS, 1997). Outro aspecto importante são as diferenças de recrutamento encontradas para os diferentes pontos do espectro ideológico-partidário, a saber, direita, centro e esquerda. Existe um maior recrutamento endógeno entre os partidos de esquerda, uma vez que estes partidos apresentam lealdades partidárias mais sólidas, enquanto os de direita revelam lealdades tardias, levando-se em conta dados como o tempo de filiação prévia ao *début* (começo) na carreira (SANTOS, 2001).

Como sabemos, "carreiras são impulsionadas pela disponibilidade de recursos, como reputação pessoal, fontes de financiamento, experiência política, redes organizativas, que permitem a seu portador convertê-los em suporte material, apoios e votos." (SANTOS e SERNA, 2007).

Dessa forma, a própria definição de como se dá o impulso de uma carreira política pode tornar clara a diferença entre "as bases sociais de recrutamento partidário e os padrões de carreira política identificados entre os deputados eleitos por cada legenda para os respectivos legislativos nacionais" (SANTOS e SERNA, 2007).

Isto ocorre porque, uma vez consideradas as diferenças sociais e econômicas identificadas entre os candidatos eleitos (de direita, centro e esquerda) e os capitais necessários (reputação pessoal, fontes de financiamento, experiência política, redes organizativas), percebe-se que nos partidos de direita as trajetórias partidárias são descontínuas e tardias. Isto aponta a preferência destes partidos conservadores em recrutar "recursos e capitais sociais individuais dos candidatos para atingir o poder político em detrimento do capital associativo" (SANTOS e SERNA, 2007). Enquanto os partidos de esquerda, por outro lado, optam por recrutar "candidatos desprovidos de recursos sociais e materiais próprios que dependem da organização partidária para fornecer os meios necessários de ingresso e mobilidade nos postos institucionais" (SANTOS e SERNA, 2007). Portanto, para os políticos, ao ingressarem "nos níveis mais inferiores da hierarquia institucional, o tempo necessário para o aspirante percorrer, dos primeiros postos até posições nacionais, é, em regra, mais longo" (SANTOS e SERNA, 2007). Isto é, a estrutura dos partidos aliada às exigências próprias do crescimento que uma carreira política demanda, podem acabar por determinar padrões diferenciados de percursos e fidelidade ou evasão dos partidos.

Seguindo essa mesma linha, outros autores estudam processos de recrutamento e filtros das elites políticas, analisando o perfil dos candidatos eleitos, partindo do pressuposto de que é necessário estudar as características das elites políticas, tanto quanto as regras do jogo político, para se alcançar uma melhor compreensão do funcionamento dos sistemas políticos.

Entre estes autores, estão Perissinotto e Miríade (2009), que chegam a dados semelhantes ao de estudos anteriores, como de Santos e Serna (2007), quando afirmam que, de forma agregada, os partidos de direita possuem tendência a uma composição social mais elevada, com maiores percentuais de advogados, comerciantes e trabalhadores da área de comunicação; seguido dos partidos de centro, com os maiores percentuais de empresários, políticos profissionais, engenheiros, economistas e outras profissões com formação superior; e os partidos de esquerda com tendência a uma composição social média e baixa, formada por ocupações como bancários, professores de ensino superior, trabalhadores assalariados urbanos, funcionários públicos e trabalhadores da educação.

Interessante ressaltar que Daniel Gaxie (2012), em sua obra "As lógicas do recrutamento político", publicada originalmente em 1980 na Revista Francesa de Ciência Política, já analisava o recrutamento diferencial das lideranças partidárias na França da década de 70, "encontrando laços muito claros entre os grandes polos que estruturam as classes

superiores e as organizações políticas” (GAXIE, 2012). Exemplo disso são as classes superiores (industriais, grandes comerciantes, profissionais liberais, altos executivos) serem tanto mais representadas quando se vai da “esquerda” para a “direita” no espectro ideológico (GAXIE, 2012), como demonstram os dados a seguir:

... em 1978, o índice de representação dos industriais e grandes comerciantes é de 0 no PCF (Partido Comunista Francês), 91 no OS (Partido Socialista), 900 no PR (Partido Republicano), 1773 na RPR (Coalizão pela República) e 2436 no CDS (Centro dos Democratas Sociais); o índice dos profissionais liberais é respectivamente de 288 no PCF, 1588 no PS, 2138 no CDS, 3000 na RPR e 3700 no PR; enfim, para os altos executivos do setor privado, os números são respectivamente de 43 (PCF), 350 (OS), 346 (CDS), 350 (RPR) e 504 (PR). (GAXIE, p. 192, 2012)

Contudo, afirmam os autores, em todos os três pontos do espectro ideológico, a condição de político profissional afeta muito as chances de ser eleito (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009), o que reforça a tese de que ocorre uma crescente profissionalização do campo político, que, por sua vez, acaba por gerar uma baixa representatividade social no universo dos eleitos, em especial, o predomínio esmagador de homens, com consequente sub-representação feminina (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Ainda segundo os autores, tal fato torna esses profissionais capazes de controlar ostensivamente o universo da representação política, trazendo evidentes problemas para a democracia representativa brasileira, com chances de se tornar cada vez menos democrática, e, portanto, mais fechada aos profanos do campo político, e cada vez menos representativa, ou seja, dominada por políticos preocupados quase que exclusivamente com seus próprios interesses em detrimento dos interesses de sua base social (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Isto se deve, entre outros motivos, a desigual distribuição de capital político presente na sociedade, onde na base da pirâmide, estão os simples eleitores, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política, enquanto no topo, estão os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são *reconhecidos* como representantes dos diversos segmentos sociais (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015).

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com probabilidades de mal-

entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.  
(BOURDIEU, p. 164, 2007)

Analisando os indicadores de fontes de capital político, no período de 2002-2010, Miguel, Marques e Machado (2015), registraram a presença de capital político em cerca de 90,6% dos eleitos para Câmara Federal dos Deputados, seguido do capital econômico, com 56,9%, do capital familiar, com 40,7%, e, em menor predominância, do capital midiático, com 19,4%.

Tais dados corroboram com a tese vista anteriormente, da crescente profissionalização do campo político, e permitem, juntamente com toda explanação deste capítulo, examinar e discutir os dados levantados neste trabalho, bem como validar ou refutar suas hipóteses, como veremos a diante.

### 3. ESTUDO DO PERFIL DOS CANDIDATOS ELEITOS

Conforme observado, o referencial teórico desta monografia será o estudo de carreiras políticas no Brasil. Pesquisas recentes têm demonstrado, por exemplo, que o capital político e o capital econômico desempenham forte papel como determinante do sucesso em uma eleição, além desses, o capital *familiar* (aqui entendido como “presença de família na política” e não de capital político em si) também se mostra bastante presente entre os candidatos eleitos em determinadas regiões, especialmente no Norte e Nordeste do Brasil (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015).

Para abordar tais questões, este trabalho é focado na análise do perfil dos políticos eleitos para Câmara Federal dos Deputados no ano de 2014 em toda a Região Norte, o que significa abranger 7 (sete) Estados da Federação e um total de 65 (sessenta e cinco) deputados, divididos da seguinte forma: Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia e Tocantins, com 8 (oito) deputados cada, e o Pará com 17 (dezessete) deputados.

Tal abordagem é importante no sentido de dialogar com a literatura científica brasileira sobre o tema, como Miguel (2003), Santos (1997), Santos e Serna (2007), Perissinotto e Miríade (2009), entre outros autores que estudam tendências e padrões da carreira eleitoral no Brasil, e utilizam variáveis conceituais, também, utilizadas nesta pesquisa, como campo político e capital político segundo a abordagem teórica bourdiana.

Além disso, tais estudos, debatem sobre temas como a desigualdade da distribuição do capital político na sociedade, da representação política, estratos sociais sub e sobre-representados e determinantes da carreira política, todas questões ao meu ver, relevantes, e que vem ao encontro dos problemas de pesquisa propostos neste trabalho.

O tema da pesquisa é holístico, no sentido de que não se pode, com uma monografia, explicar por completo as variáveis e determinantes das carreiras na região estudada. Portanto, trata-se de um projeto inicial, que poderá instigar o aprofundamento do tema por meio de outros desenhos de pesquisa complementares.

### 3.1 Metodologia

A pesquisa foi realizada através de um levantamento prosopográfico, com a elaboração de fichas de pesquisa, para compor uma base de dados em software estatístico, com informações dos deputados e deputadas federais eleitos em 2014 em toda a Região Norte.

Tal recorte foi escolhido em um processo teoricamente orientado por se tratar de Estados da mesma região geográfica (região Norte), o que permite comparações de variáveis entre os Estados. Todos os parlamentares dos mencionados Estados foram selecionados para o estudo. A amostragem foi feita por conveniência, uma vez que, em virtude do tempo e da capacidade de coleta de dados disponíveis não seria viável abranger mais do que a região proposta, ademais este tipo de mapeamento se demonstra pioneiro no sentido de embasar hipóteses mais robustas sobre os representantes desta região.

Assim, as principais variáveis investigadas neste trabalho serão o capital político, econômico, familiar, midiático e associativista de cada um dos deputados e deputadas, com a intenção de se verificar qual dessas cinco formas de capital é a mais presente neste universo, e a partir daí refutar ou constatar as hipóteses levantadas, que serão especificadas adiante.

A ficha de variáveis que foram levantadas, de elaboração própria com base nas pesquisas por realizadas por MIGUEL, MARQUES e MACHADO (2015), abarca diversas características dos deputados e deputadas, com componentes da trajetória política, ocupação profissional, a presença de familiares na política, cargos públicos eletivos e não eletivos ocupados, participação em movimentos sociais e sindicatos, entre outros.

A coleta de dados deu-se por meio de três plataformas digitais disponíveis. Tratam-se, no caso das duas primeiras fontes, de dados oficiais juramentados pelo Estado brasileiro. São as seguintes fontes em ordem de importância:

- lista de eleitos do Tribunal Superior Eleitoral (foram pesquisados apenas os candidatos que foram eleitos, não importando se tenham, ou, não tomado posse);
- site da Câmara dos Deputados, que inclui uma seção de biografia dos parlamentares em exercício;
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas (DHBB/FGV), que contém verbetes sobre diversas autoridades políticas nacionais;

- Por último, buscadores da rede mundial de computadores (especificamente o “Google”). Os dados encontrados desta forma serão devidamente especificados, com o endereço eletrônico e a data de acesso.

### 3.2 Hipóteses

A primeira hipótese deste trabalho se baseia em observações levantadas por autores como Santos e Serna (2007), Perissinotto e Miríade (2009), e Miguel, Marques e Machado (2015). Estes autores trabalham com a ideia de profissionalização do meio político, e apontam para o forte caráter de recrutamento endógeno presente neste campo – claramente percebido na esfera do poder legislativo; para esta hipótese, consideramos uma escala de importância entre os tipos de capitais presentes no perfil dos candidatos eleitos para a Câmara Federal de Deputados nos Estados observados, com tendência ao capital político ser o mais presente, seguido do capital econômico, capital familiar, capital midiático, e por último capital associativista, conforme a fórmula  $C_{pol} > C_{eco} > C_{fam} > C_{mid} > C_{assc}$ .

A esse respeito Perissinotto e Miríade afirmam:

O campo político, sob o impacto da crescente complexidade social e do sufrágio universal, tende a ser, cada vez mais, um espaço reservado aos indivíduos oriundos das classes médias que, para se elegerem seguidamente, têm de fazer da política uma atividade profissional de tempo integral. Nesse processo, o acúmulo de capital político (objetivado no controle da máquina partidária, no acesso a cargos, na rede de relações políticas e na ‘força eleitoral’) torna esses profissionais capazes de controlar ostensivamente o universo da representação política. (PERISSINOTTO e MIRÍADE, p. 320/321, 2009)

Dessa maneira, os autores atentam para uma espécie de monopólio das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas, como diria Bourdieu, controlados e ofertados por um corpo de profissionais, fato que gera uma diminuição da pluralidade da representação política, ao tornar o acesso ao campo mais restrito aos estratos da sociedade que não são profissionais do campo político.

A partir dessa visão, podemos descrever a distribuição do capital político na sociedade como uma pirâmide, onde os eleitores se encontram na base, enquanto os profissionais (líderes) no topo, conforme descrito por Miguel, Marques e Machado (2015).

Posto isto, fica mais claro como a participação do cidadão comum, na forma de eleitor, é pequena no jogo político, e talvez, seja o motivo pelo qual exista uma distância, ou,

desconexão tão grande entre representantes e representados, mandantes e mandatários, tornando nossa “democracia representativa” bastante desigual, como afirma Bourdieu (2007), “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”.

Agora, vamos para a segunda hipótese levantada neste trabalho, que é a de que, em virtude das diferenças dos padrões de recrutamento social, de trajetória pessoal, carreira política, e da composição social existente entre os partidos de direita e esquerda, citada por Santos e Serna (2007), apontam que a carreira dos deputados eleitos por partidos de esquerda depende mais dos recursos do próprio partido para obter sucesso, enquanto o inverso acontece na carreira dos deputados eleitos por partidos de direita, uma vez que estes dependem menos da estrutura organizacional partidária. Assim, levanto a hipótese de que haverá um maior número de deputados(as) eleitos(as) por partidos de direita com presença de ex-partidos em sua trajetória que nos candidatos eleitos por partidos de esquerda.

Nesse sentido, André Santos e Miguel Serna afirmam que:

... os partidos à esquerda [...] recrutam suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais, os quais, por depender da estrutura organizacional partidária e associativa para compensar a carência de recursos eleitorais próprios, terminam adotando estratégias baseadas em carreiras partidárias endógenas. (SANTOS e SERNA, 2007, p. 109)

Portanto, a literatura sobre o tema sugere que os candidatos eleitos por partidos de esquerda tendem a ter uma maior lealdade à filiação partidária, enquanto nos partidos de direita a lealdade à filiação partidária tende a ser menor, uma vez que possuem um padrão de recrutamento social:

... mais elitista e tradicional, compondo suas bancadas entre proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada, com menor dependência da estrutura organizacional partidária, seguindo carreiras políticas laterais, descontínuas e com menos lealdade à filiação partidária. (SANTOS e SERNA, 2007, p. 109)

Por fim, a partir dessas ideias, levanto a terceira e última hipótese deste trabalho, baseada na literatura supramencionada, que é a de que o capital *associativista* - como o advindo dos movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores; terá uma maior presença entre os deputados eleitos por partidos de esquerda que por partidos de direita, em função, mais uma vez, das diferenças de recrutamento social existente entre os partidos dos dois pontos do espectro ideológicos. Um com o perfil mais tradicional, conservador e oligárquico (direita), e o outro com perfil mais pluralista, inclusivo e popular (esquerda).



### 3.3 Análise de dados

Na análise de dados constatamos integralmente a primeira hipótese levantada neste trabalho. Para verificarmos a primeira hipótese, utilizamos como indicadores de fonte de capital político os dados apresentados nas tabelas a seguir:

Ocupação prévia de cargos públicos	Freq.	%
Sim	52	80%
Não	13	20%
TOTAL OBS.	65	100%

Tabela 1: Porcentagem de deputados federais eleitos que já ocuparam algum tipo de cargo público (eletivo ou não eletivo) anteriormente.

Presença de família na política	Freq.	%
Sim	28	43%
Não	37	57%
TOTAL OBS.	65	100%

Tabela 3: Porcentagem de deputados federais com presença de família política.

Presença em sindicato de trabalhadores e/ou movimentos sociais	Freq.	%
Sim	7	10,70%
Não	58	89,30%
TOTAL OBS.	65	100%

Tabela 5: Porcentagem de deputados federais com participação em sindicato de trabalhadores e/ou movimentos sociais.

Dono, Diretor de empresa, ou proprietário de terra	Freq.	%
Sim	40	61,50%
Não	25	38,50%
TOTAL OBS.	65	100%

Tabela 2: Porcentagem de deputados federais eleitos que são donos de empresa e/ou proprietários de terra<sup>1</sup>.

Popularidade midiática	Freq.	%
Sim	9	13,80%
Não	56	86,20%
TOTAL OBS.	65	100%

Tabela 4: Porcentagem de deputados federais com visibilidade na mídia (apresentador, locutor, etc.) ou, dono de veículos de comunicação.

A partir desses dados, notamos que, como era esperado, o capital político delegado do próprio campo, representado pela ocupação prévia de cargos públicos, desponta como a fonte de capital político mais presente entre os deputados eleitos na Região Norte em 2014, com presença entre 80% dos eleitos; seguido pelo poder econômico, representado pela posse de empresas ou propriedade rural, com 61,50%; depois presença de família política com 43%; presença na mídia, representada pelo exercício de ocupação de notoriedade midiática, e/ou, pela posse de veículos de comunicação, com 13,80%; e, por último, participação em sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais com 10,70%.

Dessa forma, a primeira hipótese foi inteiramente constada ou verificada, pois a escala de predominância entre os tipos de capital se manteve igual ao previsto, ficando a fórmula escalonada da seguinte maneira:  $C_{pol} (80\%) > C_{eco} (61,5\%) > C_{fa} (43\%) >$

<sup>1</sup> A fim de marcar a trajetória de posse e gestão da propriedade, os capitalistas urbanos e os empresários do campo/latifundiários foram agregados em uma única variável.

$C_{mid}(13,8\%) > C_{assc}(10,7\%)$ .

Isso demonstra que os recursos socialmente valorizados no campo político, as formas de se galgar novos postos dentro da hierarquia do campo, e as tendências e padrões de recrutamento entre os eleitos para Câmara Federal de Deputados, são de certa forma homogêneos em todo território nacional, pois os dados encontrados aqui se coadunam com os dados levantados por Miguel, Marques e Machado (2015) em sua pesquisa sobre os eleitos para a Câmara Federal de Deputados nas eleições de 2002, 2006 e 2010, onde os dados se escalonaram da mesma forma.

Acerca desses dados, também vale registrar que entre os deputados eleitos que não apresentaram nenhum tipo de capital político prévio, ou seja, que nunca haviam ocupado nenhum tipo de cargo público; 76% deles apresentaram presença de capital econômico, 61% presença de família política, 15% presença de capital midiático, mas nenhum demonstrou presença de capital associativista.

Isso se deve, em parte, pela forma como se dá a estruturação da carreira política no Brasil. Pessoas ligadas a movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores geralmente são indivíduos que carecem de recursos próprios (sociais e materiais), nem possuem família política, logo, necessitam trilhar um percurso começando pelos postos mais baixos da carreira política, como vereador, secretário municipal, prefeito, ou, deputado estadual, antes de alçar voos mais altos, como o cargo de deputado federal, que se encontra em um nível intermediário da carreira, conforme apresentado por Miguel (2003).

Tal estruturação fica mais clara quando vemos que os cargos públicos mais frequentes na trajetória dos deputados federais analisados são os de deputado estadual (33,8%), vereador (27,7%), secretário estadual (23,1%), secretário municipal (16,9%), e prefeito (13,8%), conforme tabela a seguir:

Cargos públicos ocupados previamente	Freq.	%
Deputado Estadual	22	33,80%
Vereador	18	27,70%
Secretário Estadual	15	23,10%
Secretário Municipal	11	16,90%
Prefeito	9	13,80%
Nenhum	13	20,00%
Total de Deputados	65	

Tabela 6: Porcentagem dos cargos públicos ocupados previamente pelos deputados, com exceção do cargo de deputado federal.

Avançando nas observações, analisaremos uma parte da composição social dos partidos políticos, divididos por ideologia partidária<sup>2</sup> (direita, centro e esquerda), a fim de identificarmos as diferenças e semelhanças de recrutamento político entre os mesmos. Para começar, dividimos os deputados que são donos de empresa por ideologia, conforme tabela abaixo:

Ideologia partido/ Dono de empresa	Sim	Não	TOTAL
DIREITA	48% (13)	52% (14)	100% (27)
CENTRO	55% (11)	45% (9)	100% (20)
ESQUERDA	39% (7)	61% (11)	100% (18)
TOTAL	47% (31)	53% (34)	100% (65)

Tabela 7: Porcentagem e número absoluto de deputados que são donos de empresa, divididos por ideologia partidária.

Os dados nos mostram que os partidos de centro e direita possuem os maiores percentuais de empresários, identificados como donos de empresa, com 55% e 48%, respectivamente, seguidos pelos partidos de esquerda com 39%. Apesar de em termos percentuais e absolutos, o número empresários eleitos por partidos de esquerda ainda ser menor que nos partidos de centro e direita, este percentual é bastante significativo, isso corrobora parcialmente com os estudos levantados por Perissinotto e Miríade (2009), uma vez que aqui também “os dados indicam que nenhuma posição no espectro ideológico revela uma marca social inequívoca” (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009), porém, isso também quer dizer que as bancadas dos partidos de esquerda também são compostas, em grande parte, por proprietários urbanos e rurais, e nesse sentido a tendência de recrutamento e composição social dos partidos esquerda não se diferem muito dos partidos de direita.

Para analisar melhor o caso apresentamos o gráfico a seguir:

<sup>2</sup> Foram classificados como partidos de direita: DEM, PL, PP, PRB, PSC, PSD, PTB, e SD (27 casos); partidos de centro: PMBD, PSDB e PROS (20 casos); e partidos de esquerda: PCB/PPS, PDT, PHS, PMN, PSB, PSOL e PT (18 casos).

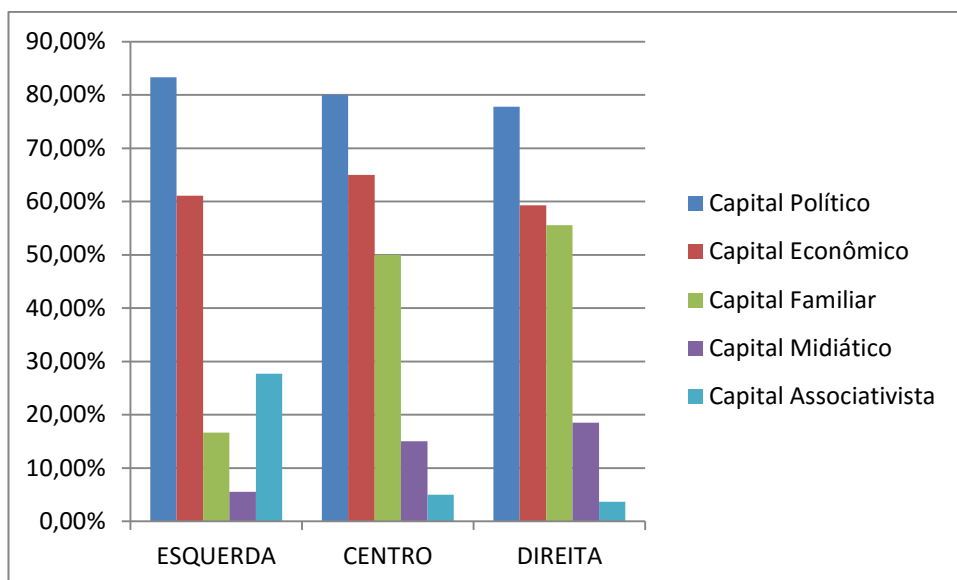


Gráfico 1: Percentual de capital político, econômico, familiar, associativista e midiático presente entre os deputados eleitos de acordo com a ideologia partidária.

Como podemos notar, quando se trata de capital político e capital econômico, a presença dos dois é marcante na trajetória de todos os deputados eleitos pra Câmara Federal, independente de qual ponto do espectro os eleitos se encontrem, nesse sentido as carreiras políticas nos três pontos se assemelham. Porém, quando partimos para a análise dos outros três tipos de capital (familiar, midiático e associativista), percebemos diferenças relevantes, começando pela presença de família na política, que entre os deputados eleitos por partidos de centro e direita, é de 50% (10 casos) e 55% (15 casos), respectivamente, enquanto que entre os deputados eleitos por partidos de esquerda o valor é substancialmente menor, 16% (3 casos).

O inverso acontece ao analisarmos o capital associativista. Entre os deputados eleitos por partidos de esquerda a incidência é maior, no valor de 27,7% (5 casos), enquanto entre os deputados eleitos por partidos de centro e direita a incidência é menor, no valor de 5% (1 caso) e 3,7% (1 caso), respectivamente. Isso significa que, entre os deputados eleitos por partidos de esquerda, o capital associativista demonstrou ter maior importância que o capital familiar e midiático, o que mostra mais uma diferença das carreiras de centro e direita, onde o capital familiar se destaca como o terceiro mais relevante perdendo apenas para o capital político e econômico.

Prosseguindo, o capital midiático segue a mesma tendência do capital familiar, que é uma tendência de crescimento quando se parte da esquerda para a direita, com presença entre 5,5% (1 caso) dos deputados eleitos por partidos de esquerda, seguido pelo centro com 15% (3 casos) e por último a direita com 18,5% (5 casos).

Dessa forma, notamos que a grande presença dos capitais político e econômico são uma semelhança entre todos os três pontos do espectro ideológico, porém também existem diferenças relevantes de recrutamento e trajetória política que os outros tipos de capital imprimem as carreiras, como a força do capital associativista nas trajetórias de esquerda, e a grande importância do capital familiar nas trajetórias de direita, demonstrando que ainda existem diferenças substanciais entre esquerda e direita.

A esse respeito, e observando a literatura científica sobre o tema, os partidos de centro e direita tendem a recrutar pessoas com maior capital individual, e que por isso dependem menos do capital político partidário para alcançarem êxito na eleição (SANTOS e SERNA, 2007). Enquanto os partidos de esquerda "recrutam suas bancadas predominantemente no setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais" (grifo meu) (SANTOS e SERNA, 2007, p. 109), que, por conseguinte, não possuem grande capital individual, dependendo mais do partido, portanto. À vista disso a literatura aponta para a maior participação dos deputados de direita em sindicatos patronais, enquanto os de esquerda para maior participação em sindicatos de trabalhadores, como podemos ver nas tabelas a seguir:

Ideologia partido/ SINDICATO	Freq.	Foi presidente ou da diretoria
DIREITA	100% (27)	3,7% (1)
CENTRO	100% (20)	5% (1)
ESQUERDA	100% (18)	16,6% (3)

Tabela 8: Porcentagem e número absoluto de deputados que já exerceram cargo de presidente ou diretor em sindicatos de trabalhadores, divididos por ideologia partidária.

Ideologia partido/ PATRONAL	Freq.	Foi presidente ou da diretoria
DIREITA	100% (27)	11% (3)
CENTRO	100% (20)	5% (1)
ESQUERDA	100% (18)	5,5% (1)

Tabela 9: Porcentagem e número absoluto de deputados que já exerceram cargo de presidente ou diretor em sindicato patronal, divididos por ideologia partidária.

Percebe-se também uma maior atividade partidária dos deputados eleitos por partidos de esquerda, frente aos de centro e direita; indicando um maior recrutamento endógeno dos partidos de esquerda, representado pela ocupação de cargos dentro da estrutura partidária, como secretário nacional, estadual ou municipal de partido, conforme tabela a seguir:

Ideologia partido/ SECRETARIA PARTIDÁRIA	Freq.	Já foi secretário nacional, estadual ou municipal	%
DIREITA	27	6	22%
CENTRO	20	4	20%
ESQUERDA	18	6	33%

Tabela 10: Porcentagem e número absoluto de deputados que já foram secretários de partido, divididos por ideologia partidária.

Isso se deve, em parte, ao fato de os recrutados pelos partidos de esquerda possuírem menos recursos pessoais, dependendo mais do suporte transferido por essas estruturas coletivas (partidos ou facções), e por isso fariam carreira dentro dos partidos. Tais circunstâncias acabam por gerar, também, lealdades partidárias mais sólidas, como nos atenta Santos (2001).

Assim, tais discussões nos dão ensejo para discutirmos a segunda hipótese levantada neste trabalho. A respeito de lealdades partidárias, os dados revelam que 59% dos deputados de direita, já foram filiados a outros partidos, sendo que 80% deles são vindos de outros partidos de direita, 20% de partidos de centro, e nenhum de esquerda. Doutro lado 33% dos deputados de esquerda já tiveram outros partidos como sigla, com sua maioria vinda de outros partidos de esquerda (66%), outra parte vinda da direita (33%), e nenhuma do centro, conforme tabela abaixo:

Ideologia partido/ Ideologia ex-partido	Freq.	DIREITA	ESQUERDA	CENTRO	TOTAL
DIREITA	100% (27)	48% (13)	0% (0)	11% (3)	59% (16)
CENTRO	100% (20)	15% (3)	10% (2)	5% (1)	30% (6)
ESQUERDA	100% (18)	11% (2)	22% (4)	0% (0)	33% (6)

Tabela 11: Porcentagem e número absoluto de deputados que já foram filiados a outros partidos, divididos por ideologia partidária do atual e do ex-partido.

Dessa forma, os dados também constatarem integralmente a segunda hipótese. O número dos deputados de direita que já foram filiados a outros partidos (59%), é consideravelmente superior ao número de deputados de esquerda na mesma situação (33%) - indicando, como já mencionado, a existência de lealdades partidárias mais sólidas em partidos de esquerda que nos de direita (SANTOS, 2001).

Tais diferenças ideológicas influenciam as trajetórias políticas dos deputados, e também, o tipo de capital que cada um deles acumula ao longo de suas carreiras. A esse respeito, e para verificarmos a terceira hipótese do trabalho, vamos analisar especificamente a presença de capital associativista<sup>3</sup> na trajetória dos deputados eleitos, divididos por ideologia partidária, conforme tabela abaixo:

<sup>3</sup> Vide anexo único.

Ideologia partidária	Freq.	Presença em sindicato de trabalhadores e/ou movimentos sociais	%
DIREITA	27	1	3,7%
CENTRO	20	1	5%
ESQUERDA	18	5	27,7%
TOTAL OBS.	65	7	10,7%

Tabela 12: Número absoluto e porcentagem de deputados com participação em sindicato de trabalhadores e/ou movimentos sociais divididos por ideologia partidária

Desse modo, os dados confirmam a terceira hipótese, pois revelam que 27,7% dos deputados eleitos por partidos de esquerda já foram presidentes e/ou diretores de sindicatos de trabalhadores, e/ou, líderes de movimentos sociais; seguidos pelos deputados de centro com 5%, e dos de direita com o menor índice, de 3,7%. Tais dados corroboram com os demais resultados apresentados até aqui, no que tange à observação das diferenças de recrutamento partidário, e contribui para uma melhor compreensão do sistema político-partidário que molda a representação no legislativo brasileiro.

#### 4. CONCLUSÃO

Todas as três hipóteses levantadas a partir da literatura científica brasileira sobre carreiras políticas – Miguel (2003), Santos (1997), Santos e Serna (2007), Perissinotto e Miríade (2009), Miguel, Marques e Machado (2015); foram constatadas pelos dados levantados nesta pesquisa.

A importância das fontes de capital político advindas do capital político delegado do próprio campo, do capital econômico, familiar, midiático e associativista se escalonaram conforme o preconizado pela literatura científica (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015), havendo diferenças de escalonamento apenas quando os dados são desagrupados pelas ideologias político-partidárias, com exceção para os capitais político e econômico.

Assim entre os partidos de centro e direita o capital familiar demonstra ter maior importância que o capital midiático e associativista, enquanto nos partidos de esquerda acontece o inverso, o capital associativista apresenta maior importância que o familiar e o midiático.

Com isso houve a constatação da terceira hipótese, com a observação de que, apesar de haver uma maior presença de capitalistas nos partidos de esquerda que pessoas advindas da militância em sindicato de trabalhadores e movimentos sociais, a presença deste tipo de capital (associativista) nos partidos de esquerda ainda é substancialmente maior que nos partidos de centro e direita. O que não nos impede de questionar se esta presença não poderia ser maior, ou, se os partidos de esquerda não estão migrando cada vez mais para os padrões e tendências de recrutamento de direita, hipótese esta que enseja maiores pesquisas sobre o tema.

Ainda em virtude das diferenças de padrões de recrutamento social, constamos a segunda hipótese levantada neste trabalho, de que existe nos partidos de esquerda uma maior tendência de lealdade à filiação partidária que nos partidos de direita, conforme os dados apresentados na tabela 11. Contudo, também registramos que os eleitos por partidos de centro apresentaram o mesmo nível de lealdade à filiação partidária que os eleitos por partidos de esquerda, fato que poderia ter várias explicações, desde haver uma maior importância de se militar dentro do partido para galgar maiores postos na hierarquia do campo, até a



impossibilidade de se caracterizar a militância de centro analisando apenas um período legislativo, o que ensejaria maiores estudos sobre o caso.

Portanto, a pesquisa traz dados interessantes como a grande presença do capital familiar nas carreiras de direita e centro em comparação as carreiras de esquerda, e, inversamente, a grande presença de capital associativista nas carreiras de esquerda em comparação as de direita e centro. Assim tais diferenças e semelhanças de tendências e padrões de recrutamento social, que se refletem no acúmulo de diferentes tipos de capital simbólico ao longo da trajetória de uma carreira política, levantam novas hipóteses e questionamentos sobre o tema, que ensejam maiores estudos para o enriquecimento do conhecimento acerca das carreiras políticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. (2006), “A Política”. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, (Livro I e II).
- BOBBIO, N. (200), "A Teoria das Formas de Governo". Brasília: UnB.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (2004). “Dicionário de política” (2 volumes). Trad. Carmen C. Varrialle, Gaetano Loiai Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacaís, Renzo Dini. 11. ed. Brasília: UNB.
- BODIN, Jean. (2011), “Os seis livros da república”. Livro primeiro. Ícone Editora.
- BOURDIEU, Pierre. (2011), “O campo político”. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, n.5.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>.
- BURKE, Edmund. (1997), “Reflexões sobre a Revolução em França”. Brasília: Ed. UnB.
- BURKE, Edmund. (2012), “Discurso aos eleitores de Bristol”. Revista de Sociologia Política, v. 20, n. 44 (pp. 97-101). Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44/v20n44a08.pdf>>. Acesso em 10 nov 2015.
- DURKHEIM, E. (1999) "Da Divisão Social do Trabalho". Editora Martins Fontes. Rio de Janeiro.
- FLORENTINO, Renata. (2008), “Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006)”. Revista de Sociologia Política, vol.16, n. 30, p.45-63.
- FUKUYAMA, F. (1992), “O fim da História e o último homem”. Rio de Janeiro: Rocco.
- FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. (2005), “A cidade Antiga”. São Paulo: Rideel.
- GAXIE, Daniel. (2012), “As lógicas do recrutamento político”. Revista Brasileira de Ciência Política. n.8. p. 165-208. 2012. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/7361/5717>> Acesso em: 10 jan. 2016.
- GRUENING, Gernold. (2001), “Origin and theoretical basis of New Public Management”. International Public Management Journal, 4.
- HAMILTON, A.; JAY, J.; MADISON, J. (2003), “O Federalista”. Editora Líder, Belo Horizonte.

HOBBS, Thomas. (2006), “Leviatã”. Ed. Martin Claret, São Paulo.

HOBBS, Eric J. (1982), “A Era das Revoluções - Europa: 1789-1848”. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOBBS, Eric J. (1988), “A era dos impérios, 1875-1914”. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBBS, Eric J. (1991), “A Era Dos Extremos: o Breve Século XX”. Cia das Letras, Rio de Janeiro.

LE GOFF, J. (1989 [1986]), “A bolsa e a vida”. São Paulo: Brasiliense.

MANIN, Bernard. (1995), “As Metamorfoses do governo representativo”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29.

MANIN, Bernard. (2010), “O princípio da distinção”. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4. Brasília.

MAQUIAVEL, Nicolau. (1998), “O Príncipe”. 1ª edição. Porto Alegre: L&PM.

MARQUES, Danusa. (2012), Determinantes de carreiras políticas no Brasil, na Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados. Tese de doutorado. Departamento de Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. Capítulo 6, “perfis das/os eleitas/os para a câmara baixa do Brasil, da Argentina e do Uruguai – quais são as diferenças entre deputados e deputadas?”.

MICHEL, Robert. (1954), “A Lei de Ferro da Oligarquia”. In: SOUZA, A. (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MICHEL, Robert. (1982), “Sociologia dos partidos políticos”. Brasília: UNB.

MIGUEL, Luis Felipe. (2003), “Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro”. Revista de Sociologia Política, v. 20. pp. 115-134.

MIGUEL, Luis Felipe. (2002), "A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo". Dados, vol. 45, nº 3. Rio de Janeiro, pp. 483-511.

MIGUEL, MARQUES e MACHADO. (2015), “Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados”. Dados vol. 58, nº 3, Rio de Janeiro.

MILL, John Stuart. (1980), “Considerações Sobre o Governo Representativo”. Tradução de: Manoel Inocêncio de Lacerda Santos Júnior. Brasília: UnB.

MILL, John Stuart. (1991), “Sobre a Liberdade”; tradução e prefácio Alberto Rocha Barros; apresentação Celso Lafer – 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, (Clássicos do Pensamento Político; v. 22).

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. (2000), “Do Espírito das Leis”. São Paulo: Saraiva.

MOSCA, G. (1939), “The Ruling Class. Elementi di Scienza Politica”. New York, Toronto, London, McGraw-Hill.

MOSCA, G. (1954), “A Classe Dirigente”. In: SOUZA, A. (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

PARETO, V. (1935), “The Mind and Society”. 4 vols. New York, Harcourt, Brace and Company.

PARETO, V. (1954), “As Elites e o uso da Força na Sociedade”. In: SOUZA, A. (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

PERISSINOTTO, Renato M.; MIRÍADE, A. (2009), “Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006”. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 301-333.

PERISSINOTTO, Renato. (2009), “As elites políticas: questões de teoria e método”. Curitiba: IBPEX.

PLATÃO. (2004), “A República”. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (2003), “Do Contrato Social”. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. São Paulo – SP: Editora Martin Claret.

SANTOS, André Marengo dos e SERNA, Miguel. (2007), “Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, p. 93-194.

SANTOS, André Marengo dos. (1997), “Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº33, p.87-101.

SANTOS, André Marengo dos. (2001), “Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos”. Revista brasileira de ciências sociais, v. 16. pp. 69-83.

SCHUMPETER, J. (1961), “Capitalismo, Socialismo e Democracia”. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.  
Terra.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (2000), “A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões de uma Profusão de Sentimentos e Opiniões que o Estado Social Democrático Fez Nascer entre os Americanos”. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes. (Livro 2 – Sentimentos e Opiniões).

WEBER, M. (1982), “A Política como Vocação”. In: Ensaios de Sociologia. Editora LTC, Rio de Janeiro.

WRIGHT MILLS, C. (1981), “A elite do poder”. Rio de Janeiro, Zahar, 4ª edição.

## **ANEXO ÚNICO – Sindicatos e movimentos sociais**

1. Movimentos Sociais
  - 1.1 Centro Acadêmico de Direito da Universidade Federal do Acre
  - 1.2 Associação Vertente/AC (associação sem fins lucrativos pela conservação dos recursos hídricos)
  - 1.3 Fórum Nacional de Secretários de Juventude
  - 1.4 Movimento Estudantil Secundarista do Amapá
2. Sindicato de Trabalhadores
  - 2.1 CUT/PA
  - 2.2 CUT/AC
  - 2.3 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (SITUEG)
  - 2.4 Sindicato dos Trabalhadores rurais de Medicilândia/PA
  - 2.5 Organização das Cooperativas do Estado de RO
  - 2.6 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha/AC
  - 2.7 Sindicato Rural de Bujaru/PA
  - 2.8 Federação dos Trabalhadores na Agricultura/PA
3. Sindicatos Patronais
  - 3.1 Federação das Indústrias do Estado do Amapá
  - 3.2 Associação comercial e Industrial de Jéru/RO
  - 3.3 Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado do TO
  - 3.4 SEBRAE/AC
  - 3.5 Sindicato Rural de Araguaína/TO